

BOLETIM 184

Brasília, 11 de agosto de 2016

Produção industrial cresce em nove estados entre maio e junho

A produção industrial cresceu em nove dos 14 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na passagem de maio para junho deste ano. As maiores altas foram observadas no Rio de Janeiro (5,7%), Santa Catarina (5,4%), Pará (4,9%), Rio Grande do Sul (4,6%) e Paraná (3,5%).

Outros estados que tiveram alta na produção foram Ceará (2%), São Paulo (1,5%), Goiás (1,4%) e Pernambuco (1,2%). Todos os estados tiveram um crescimento acima da média nacional de 1,1% neste tipo de comparação.

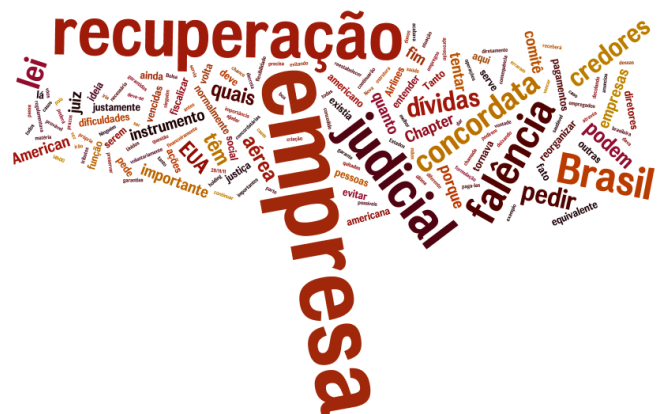
Em Minas Gerais, a produção ficou estável. Em quatro locais, houve queda da produção: Espírito Santo (-9,8%), Bahia (-1%), região Nordeste (-0,3%) e Amazonas (-0,3%). O resultado da região Nordeste inclui as produções de Bahia, Pernambuco e Ceará, além de outros seis estados com indústrias menos desenvolvidas.

Quedas e crescimento - Nos outros tipos de comparação temporal, o IBGE também avalia o resultado do Mato Grosso, além de 14 locais. Na comparação com junho do ano passado, houve quedas em 11 dos 15 locais pesquisados, com destaque para Espírito Santo (-27,9%). Houve crescimento em quatro locais, com destaque para Pará (14,7%) e Mato Grosso (12,2%).

No acumulado do ano, houve recuos em 12 locais, com destaque para Espírito Santo (-22,6%), Pernambuco (-17,6%) e Amazonas (-16,8%). Bahia manteve-se estável. Apenas dois locais tiveram alta: Pará (10,3%) e Mato Grosso (11,9%).

No acumulado de 12 meses, 13 locais apresentaram quedas na produção industrial, com destaque para Amazonas (-18,1%), Espírito Santo (-14,4%), Pernambuco (-11,2%) e São Paulo (-11%). Apenas dois estados tiveram crescimento neste tipo de comparação temporal: Pará (5,6%) e Mato Grosso (9%).

Fonte: Agência Brasil



Pedidos de recuperação judicial crescem 29,6% em julho

O número de empresas que entraram com pedidos de recuperação judicial cresceu 29,6% em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado. Os dados foram divulgados pelo Serasa



Experian, que organiza um indicador de Falências e Recuperações. Em julho de 2015, 135 empresas pediram recuperação na justiça, contra 175 em julho deste ano. O resultado é o maior para o mês desde que a Nova Lei de Falências entrou em vigor, em 2005.

Nos primeiros seis meses do ano, o número de empresas que requereram recuperação bateu todos os records: foram 1.098 pedidos, ou 75,1% a mais que os 492 pedidos acumulados no primeiro semestre de 2015.

De acordo com os economistas da Serasa Experian, “o baixo dinamismo econômico e as altas taxas de juros continuam pesando sobre a saúde financeira das empresas, acarretando elevadas quantidades de pedidos de falências e de recuperações judiciais”.

Os pedidos de falência aumentaram 9% de janeiro a julho deste ano, totalizando 1.058 empresas em todo o país. Em julho, 189 falências foram requeridas – um aumento de 9,2% em relação ao mesmo mês de 2015.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Com recessão, saque à poupança é o maior em 21 anos, diz BC

Os resultados da poupança no mês de julho decepcionaram mais uma vez. Pela sétima vez seguida o volume de depósitos é inferior ao mês anterior, assim como também o saldo líquido entre depósitos e retiradas é negativo, segundo divulgou o Banco Central, na quinta-feira (4).

Os depósitos totalizaram no mês R\$ 159,73 bilhões e as retiradas foram de R\$ 160,85 bi, resultando num saldo líquido negativo de R\$ 1,12 bilhão. Com isso, no ano de 2016 até julho o volume total apresenta uma retirada líquida da ordem de R\$ 43,7 bilhões. O saldo final do mês, considerando-se os R\$ 4,2 bilhões de rendimentos creditados, ficou em R\$ 641,3 bilhões.

As razões para o fraco desempenho da poupança, mais uma vez, estão relacionadas ao agravamento do desemprego, a queda na renda das famílias e a consequente redução nos depósitos e aumento nas retiradas para fazer frente às despesas mensais.

No período de janeiro e julho o total de depósitos atingiu R\$ 1,101 trilhões e as retiradas foram de R\$ 1,145 tri. O saldo ficou então negativo em R\$ 43,721 bilhões. É o pior resultado em 21 anos, desde o início da série histórica em 1995.

CASA PRÓPRIA - A redução no montante de recursos na poupança se refletem nos financiamentos imobiliários. O sistema é a principal fonte de recursos para a casa própria. Os bancos precisam destinar parte dos saldos da poupança (SBPE) para o crédito imobiliário.

Para Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), os números indicam que o volume de crédito para a construção e aquisição de imóveis, com recursos da poupança caiu 49,5% no primeiro semestre de 2016, na comparação com o mesmo período do ano passado – de R\$ 44,8 bilhões para R\$ 22,6 bilhões, refletindo uma enorme retração na indústria da construção civil, alimentando o círculo vicioso da recessão.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Empresários pedem a Meirelles simplificação de impostos

Empresários defenderam nesta quarta-feira (10), em reunião com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a simplificação dos impostos no país. O ministro recebeu em Brasília representantes do Instituto Talento Brasil, uma organização que reúne empresários, executivos, acadêmicos, entre outros.

Segundo o consultor de gestão Vicente Falconi, as empresas têm custo alto para conseguir pagar os impostos devido à complexidade dos tributos. “Um dos empresários disse que só ele tem

29 mil taxas de imposto [de Circulação de Mercadorias e Serviços]. Cada estado tem uma taxa para cada produto diferente. Tem que ter um quadro enorme de pessoal para cuidar disso tudo”, disse Falconi.

“Não houve nenhum pedido de diminuição de imposto porque a gente sabe que isso é impossível. O que a gente deseja é: mantenha-se o nível de impostos, mas simplifique-se”, acrescentou o empresário.

De acordo com Falconi, outro tema tratado na reunião com o ministro foi o projeto que define teto para as despesas federais, além da reforma da Previdência. “O teto vai viabilizar a reforma fiscal, que é o que o Brasil precisa no momento. E a reforma da previdência é uma coisa que vai ter que acontecer”, disse ele, ao sair do Ministério da Fazenda.

Fonte: Agência Brasil

Deputados vão decidir sobre cassação de Cunha em 12 de setembro

O presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, do Democratas, marcou nessa quarta-feira (10) a sessão que vai analisar o pedido para cassar o mandato do deputado Eduardo Cunha, do PMDB.

O processo por quebra de decoro parlamentar será votado no dia 12 de setembro, data posterior ao julgamento do impeachment de Dilma Rousseff.

Rodrigo Maia marcou a sessão depois da pressão de alguns adversários de Cunha. O líder do PSOL, Ivan Valente, cobrou no plenário uma posição da Casa.



Já aliados do ex-presidente da Casa, como o PMDbista Carlos Marum, queriam que o caso fosse analisado após a Câmara votar as medidas econômicas do governo.

Rodrigo Maia havia dito que iria encontrar uma data que respeitasse a média dos prazos para votar pedidos de cassação no Plenário.

Um dos autores do pedido de cassação contra Cunha, o líder da Rede, deputado Alessandro Mollon, criticou a marcação para o dia 12 de setembro.

Eduardo Cunha é acusado de mentir na CPI da Petrobras sobre a existência de contas no exterior. O processo de quebra de decoro parlamentar contra o ex-presidente da Câmara já dura mais de NOVE meses e é processo mais logo da história da Casa.

Fonte: Portal EBC

Privatização de distribuidoras de energia elétrica mobiliza sindicalistas e parlamentares contrários

Representantes e dirigentes sindicais de distribuidoras de energia elétrica, acompanhados do deputado Paulão (PT-AL) e do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pediram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, nesta quarta-feira (10), que ajude a brechar a decisão do governo de privatizar as distribuidoras. O deputado avalia o processo como “açodado”.

— Isso dá uma insegurança jurídica e dá uma insegurança social. Por que qual a saída que você terá para os servidores? No caso de Alagoas, em torno de 1.200. Fica sem perspectiva — disse o deputado, ao questionar também se haveria interesse do capital privado de entrar em regiões com “maiores problemas sociais” sem o suporte de uma empresa pública.

O caminho para privatização do setor ganhou força no dia 22 de julho, quando os acionistas da Eletrobrás decidiram, em assembleia geral, não renovar as concessões de seis empresas do Norte e Nordeste: Amazonas Energia, no Amazonas; Eletroacre, no Acre; Ceron, em Rondônia; Cepisa, no Piauí; Ceal, em Alagoas; e Boa Vista Energia, em Roraima.

Também está em votação, no Congresso Nacional, a Medida Provisória (MPV) 735/2016, que altera diversas leis do setor elétrico e desburocratizou os leilões de desestatização. A medida atinge os processos de venda de todas as distribuidoras da Eletrobras, entre elas a Celg-D, de Goiás, cujo leilão está marcado para o dia 19 de agosto.

O presidente do Senado propôs o “aprofundamento do debate” e pediu que Paulão e Randolfe sejam interlocutores do grupo no Congresso. O senador Hélio José (PMDB-DF), presidente da comissão mista que analisa a MP 735/2016, participou da reunião e adiantou que fará audiências públicas com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, com o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Donizeti Rufino, e com representantes das entidades de classe.

Fonte: Agência Senado



Padilha diz que governo vê "com alegria" resultado da votação do impeachment

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse nesta quinta-feira (10) que o governo vê com "alegria" a decisão do Senado de levar a presidenta afastada Dilma Rousseff a julgamento por crime de responsabilidade.

"O presidente Michel tinha expectativa que o Senado continuasse tributando confiança ao seu projeto de governo. Como vimos, aumentou bastante o número de senadores que votaram a favor da permanência dele e é claro que o governo vê com alegria", disse.

Padilha também falou sobre a data provável para a votação final do impeachment.

"O que temos garantido pelo presidente Renan [Calheiros] é que deve iniciar o processo de votação no dia 25 [de agosto]. Mas claro que poderão ocorrer fatos que posterguem ou antecipem", acrescentou o ministro.

Fonte: Portal EBC

Superintendência implanta fábrica informatizada de CTPS em Vila Velha

Confecção própria agiliza entrega de carteiras de trabalho ao cidadão

A Superintendência Regional do Trabalho e

Emprego do Espírito Santo (SRTE/ES) inaugurou em julho deste ano uma fábrica própria para emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) na agência do Ministério do Trabalho, no município de Vila Velha. O objetivo é agilizar a entrega do documento aos trabalhadores da região.

Antes confeccionadas na superintendência e gerências do estado, as carteiras de trabalho levavam em média 15 a 20 dias para ficarem prontas. Segundo o superintendente Alcimar Candeias, com a fábrica local, há a possibilidade de entrega imediata da CTPS ao trabalhador. "Pulverizar a fabricação das carteiras para as agências trouxe agilidade na emissão do documento", avalia Candeias. Para o superintendente, "a expectativa é duplicar a nossa capacidade de atendimento ao cidadão, que atualmente é de 350 carteiras ao mês".

O atendimento para emissão de carteira de trabalho na agência em Vila Velha pode ser agendado no site: <http://saaweb.mte.gov.br>. Para obter informações e esclarecer dúvidas sobre direitos e benefícios trabalhistas, os usuários podem ligar na Central de Atendimento Alô Trabalho 158.

Fonte: MT

Fornecimento de EPI é obrigatório e independe do modelo de contratação

Os centros de abastecimento não podem diferenciar seus funcionários dos trabalhadores autônomos ao fornecer equipamento de proteção individual (EPI). Assim entendeu a desembargadora

Tereza Aparecida Asta Gemignani, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas-SP), ao conceder liminar em Mandado de Segurança.

Equipamentos de proteção individual devem ser fornecidos a todos os funcionários, independentemente do regime de contratação.

O MS foi movido por um sindicato de carregadores autônomos contra decisão de primeiro grau que obrigou um centro de abastecimento a contratar todos os trabalhadores que atuam em suas dependências e pagar todas as verbas trabalhistas relacionadas (13º salário, FGTS, férias etc.).

No pedido também era solicitada a distribuição de EPIs a todos os trabalhadores, independentemente do regime de contratação, mas o pedido foi negado por falta de comprovação. Em recurso, o sindicato alegou que a forma de trabalho imposta pela primeira instância viola o direito à livre concorrência e a assembleia geral que formalizou o modelo de trabalho questionado.

No estabelecimento há três tipos de trabalhadores: os empregados, que são devidamente registrados; os avulsos, que atuam sazonalmente e por tempo limitado; e os autônomos, que trabalham sem subordinação. Em segunda instância, a relatora do caso, desembargadora Tereza Gemignani, destacou que a proteção da saúde do trabalhador independe de seu grau de ligação com a contratante ou empregadora.

“Importante consignar que a garantia ao ambiente de trabalho seguro pode ser considerada tanto como direito fundamental de segunda quanto de terceira dimensão. Desse modo, em relação ao fornecimento de equipamentos de proteção individual necessários ao desempenho da atividade laboral, não há como permitir a distinção



de tratamento entre trabalhadores avulsos, empregados ou autônomos que atuam no mesmo local, sob pena de violação aos princípios da igualdade e solidariedade, pois o autônomo também tem direito ao trabalho decente, ou seja, aquele em que as normas de saúde e segurança são respeitadas, o que obviamente inclui a entrega dos necessários EPIs”, explicou.

Porém, a desembargadora não anulou o entendimento de primeira instância sobre a contratação dos funcionários, mas o alterou para que seus efeitos alcançassem apenas os trabalhadores registrados pelo centro de abastecimento e os avulsos.

Fonte: Consultor Jurídico

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)